



HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA E INTRODUÇÃO À TEORIA SOCIOLÓGICA

History of sociology and introduction to sociological theory

Historia de la sociología e introducción a la teoría sociológica

Tales Gandi Veloso de Andrade¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo realizar uma breve análise sobre o nascimento e consolidação da sociologia como uma ciência moderna. Para isso, discute-se a contribuição dos seus pais fundadores, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber; identifica-se categorias fundamentais da análise sociológica; o pensamento de alguns dos sociólogos contemporâneos; e a gênese dessa ciência em solo brasileiro. Tendo em vista esse percurso, este estudo se baseia em uma investigação qualitativa, sustentada, especialmente, pela revisão sistemática de literatura, através de obras clássicas e contemporâneas relevantes à essa discussão. Dentre os resultados, percebe-se ser possível estabelecer um diálogo entre os pensadores clássicos que, por sua vez, são fundamentais no pensamento de autores contemporâneos. Além disso, é possível identificar a importância de certas categorias de análise, que buscam explicar a sociedade moderna e capitalista. Este artigo, portanto, pretende contribuir como uma forma de introdução ao estudo da sociologia, em especial para acadêmicos dos períodos iniciais das ciências sociais, mas, também, para forasteiros e curiosos que almejam conhecer o universo da sociologia e o seu campo de análise.

Palavras-chave: Sociologia; História da Sociologia; Teoria sociológica; Clássicos; Contemporâneos.

¹Acadêmico do 6º período de Ciências Sociais, UNIMONTES, pesquisador de Iniciação Científica (IC), junto ao Núcleo de Estudos do Espaço Feminino (NEFE), da Unimontes, e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: ta.talesveloso28@gmail.com ORCID: 0000-0001-7173-1001.

Artigo submetido em: 11 de maio de 2023

Artigo aceito em: 20 de junho de 2023.



Abstract: This article aims to carry out a brief analysis of the birth and consolidation of sociology as a modern science. For this, it discusses the contribution of its founding fathers, Karl Marx, Émile Durkheim and Max Weber; fundamental categories of sociological analysis are identified; the thinking of some of the contemporary sociologists; and the genesis of this science on Brazilian soil. In view of this path, this study is based on qualitative research methods, supported, especially, by the systematic literature review, through classic and contemporary works relevant to this discussion. Among the results, it is possible to establish a dialogue between classical thinkers who, in turn, are fundamental in the thinking of contemporary authors. In addition, it is possible to identify the importance of certain categories of analysis, which seek to explain modern and capitalist society. This article, therefore, intends to contribute as a form of introduction to the study of sociology, especially for academics in the early periods of the social sciences, but also for outsiders and curious people who want to know the universe of sociology and its field of analysis.

Keywords: Sociology; History of Sociology; Sociological Theory; Classics; Contemporaries.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo realizar un breve análisis del nacimiento y consolidación de la sociología como ciencia moderna. Para ello, discute el aporte de sus padres fundadores, Karl Marx, Émile Durkheim y Max Weber; se identifican categorías fundamentales del análisis sociológico; el pensamiento de algunos de los sociólogos contemporáneos; y la génesis de esta ciencia en suelo brasileño. En vista de ese camino, este estudio se basa en método cualitativo, especialmente, en la revisión sistemática de la literatura, a través de obras clásicas y contemporáneas relevantes para esta discusión. Entre los resultados, es posible establecer un diálogo entre pensadores clásicos que, a su vez, son fundamentales en el pensamiento de los autores contemporáneos. Además, es posible identificar la importancia de ciertas categorías de análisis, que buscan explicar la sociedad moderna y capitalista. Este artículo, por tanto, pretende contribuir como una forma de introducción al estudio de la sociología, especialmente para los académicos de los primeros tiempos de las ciencias sociales, pero también para los extraños y curiosos que quieran conocer el universo de la sociología y su campo de estudio.

Palabras-clave: Sociología; Historia de la Sociología; Teoría sociológica; Clásicos; Contemporáneos.

Introdução

Historicamente, as ciências vêm se desenvolvendo nas mais diversas áreas do conhecimento, tendo por força motriz a inquietação humana frente à busca por sabedoria. Contudo, nem sempre foi assim, Vedovate *et al.* (2016) salientam que durante todo o período da Idade Média, que perdurou do século V ao XV, o desenvolvimento do senso crítico foi ofuscado pela força dos dogmas religiosos, que ditavam o funcionamento da sociedade como algo natural, ajudando na manutenção do privilégio da nobreza através da organização política e econômica de maneira rígida, sem questionamentos ou mobilidade social. Isso porque tudo que acontecia era percebido e explicado como um produto da “vontade divina”.

A derrocada do período medieval deu início à modernidade. Esse novo período da história da humanidade foi marcado por duas correntes de pensamento essenciais: o

Iluminismo e o liberalismo. Esses movimentos científicos, econômicos e filosóficos revolucionaram o século XVIII, que acabou ficando conhecido como “Século das luzes”, expressão que demarca oposição a um suposto “obscurantismo” vivido no período medieval. O iluminismo e o liberalismo foram responsáveis por romper com as concepções feudais e com o ideário do Antigo Regime. Nesse sentido, O historiador Eric Hobsbawm (2021) compreende a Revolução Industrial e Francesa como marcos para a abertura da “Era das Revoluções”, sendo fenômenos centrais para a compreensão das grandes mudanças intelectuais, econômicas, políticas e sociais que marcaram a modernidade.

Contudo, outros eventos pavimentaram o caminho para o desenrolar das grandes Revoluções vistas no século XVIII. A renovação das ideologias tiveram profunda influência de acontecimentos como o Renascimento Italiano (XIV-XVI) e a Reforma Protestante (XVI), ambos, de suma importância para o florescimento da ciência moderna (HOBSBAWM, 2021). Por meio desses eventos que se desenvolveram grandes correntes de pensamento crítico, como o Empirismo Inglês e o Racionalismo cartesiano, do séc. XVII. Assim, nasceu o cerne do conhecimento científico, aquilo que diferenciaria de vez a ciência dos dogmas e do senso comum: o método científico.

Nessa perspectiva, a sociologia nasceu no século XIX, com o propósito de estudar as sociedades modernas e urbanas, fruto dessa conjuntura de revoluções vividas pela Europa, essencialmente a Revolução Industrial, que mudou drasticamente a forma de se produzir e inaugurou uma nova fase do capitalismo, ajudando na consolidação desse sistema. A partir da obra de seus clássicos, Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, a sociologia foi se constituindo a partir de seus métodos e elegendo objetos de estudos a partir da consolidação da sociedade capitalista. Nesse contexto, Machado, Amorim e Barros (2016) afirmam que a sociologia nasce com o propósito de pensar a sociedade moderna e capitalista, através da análise de processos regulares, tendo como base a história humana. Nesse sentido, a sociologia toma a forma de uma típica ciência humana, por outro lado, a sociologia, em conjunto com a antropologia e a ciência política, formam a tríade das *ciências sociais*.

Mediante a essa discussão, este artigo tem por objetivo discutir o percurso da sociologia como ciência moderna: o seu nascimento, a produção epistemológica de seus

principais teóricos, clássicos e contemporâneos, e a proposição de categorias de análise fundamentais, como *trabalho, poder, coesão e classe social*. Além disso, observa-se o desenvolvimento dessa ciência no Brasil, tendo em vista a contribuição dos principais pensadores e sociólogos brasileiros. Para alcançar esses objetivos, este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa baseada, essencialmente, em uma *revisão sistemática de literatura* que, de acordo com Galvão e Ricarte (2019, p. 57): “[...] é uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos e busca dar alguma logicidade a um grande corpus documental”. Nesse sentido, buscou-se sustentação no arcabouço teórico de obras clássicas da sociologia, acompanhadas, pelo olhar de intérpretes como Machado; Amorim e Barros (2016), Vedovate *et al.* (2016) e Quintaneiro; Oliveira e Oliveira (2003).

A fim de apresentação, esse artigo se estrutura da seguinte maneira: à priori, aborda-se os eventos históricos e políticos que marcaram a abertura da modernidade, tendo em vista o desenvolvimento do capitalismo; por conseguinte, observa-se a influência desses eventos no nascimento da sociologia, tendo em vista a contribuição dos seus teóricos clássicos; posteriormente, é feita a discussão de categorias de análise propostas pelos clássicos e suas continuidade no pensamento de alguns autores contemporâneos; por fim, discute-se a gênese da sociologia no Brasil e as “fases” dessa produção.

O capitalismo e o nascimento da sociologia

O capitalismo é um modo de produção característico da modernidade, o seu desenvolvimento pode ser dividido em algumas fases, de acordo com as características da produção, comércio e consumo. A primeira fase, mencionada por Hunt e Lautzenheiser (2013), é o capitalismo comercial (XV-XVIII), também chamado de mercantilismo ou pré-capitalismo, sendo visto, essencialmente, a partir da expansão marítima europeia. Dentre suas características, está a forte atuação do Estado, o colonialismo, o metalismo, a balança comercial favorável, o pacto colonial e a mão de obra escrava. Nesse momento, o objetivo era enriquecer a Metrópole e torná-la dominante no cenário global.

A Revolução Industrial, do século XVIII, marca a segunda fase do capitalismo, a sua fase industrial. Entre suas características principais está o uso do carvão mineral como

energia, o surgimento da máquina a vapor, a indústria têxtil, o imperialismo e o trabalho assalariado, além disso, identifica-se também os primeiros movimentos de contestação do sistema, como é o caso do socialismo (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

A terceira fase é compreendida como capitalismo financeiro (XIX-XX) ou monopolista. Nesse momento, o liberalismo ganha espaço, havendo a expansão de grandes corporações, multinacionais e o fator marcante dessa fase: o nascimento da bolsa de valores (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

A Revolução Industrial mudou drasticamente as relações de produção, a organização das classes sociais e do mundo do trabalho. Nesse sentido, o trabalho fabril, em conjunto com a expansão desordenada dos centros urbanos, fez surgir novos atritos sociais, como a precarização e exploração do trabalho, o pauperismo, a violência e a falta de infraestrutura, vistos, inicialmente, no berço da revolução industrial: a Inglaterra (ENGELS, 2012). Frente a isso, tem-se o nascimento de várias ciências sociais modernas, dentre elas, a sociologia.

Nesse contexto, tem-se a produção dos três grandes clássicos que contribuíram para a sistematização da sociologia: Karl Marx (1818-83), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920). Cada um desses pensadores adotaram uma perspectiva de análise sobre o funcionamento da sociedade moderna e industrial, propondo métodos e conceitos básicos para a análise sociológica. Marx observava a *luta de classes* como a base do seu método *materialista histórico dialético*, ou seja, percebia que as transformações sociais eram resultantes de oposições e antagonismos entre classes sociais ao longo da história. Durkheim, por sua vez, compreendia a sociedade como um *organismo vivo*, feito de variadas partes que se interligavam ao todo que, por sua vez, era *funcional*. Weber, por conseguinte, compreendia os indivíduos como os verdadeiros atores das transformações sociais, deles que partia a *ação social*, por isso, cativava de uma visão *compreensiva* sobre a atuação dos indivíduos.

Anterior aos clássicos, o primeiro estudioso a citar a necessidade de uma ciência que tivesse como alvo o estudo da sociedade foi o francês Auguste Comte (1798-1857). Comte foi o primeiro a propor e a sistematizar uma *física social*, uma ciência que tivesse como propósito estudar a vida em sociedade. Contudo, o autor não criou um método propriamente

sociológico, pelo contrário, Comte acreditava que o método da sociologia deveria seguir o modelo das ciências naturais (VEDOVATE *et al.*, 2016).

Em uma fase já de decadência de suas ideias, Comte propôs uma religião positivista, uma espécie de movimento que tivesse como núcleo não os dogmas religiosos aos moldes da fé cristã, mas reflexões filosóficas, sistemáticas e racionais sobre a humanidade. O positivismo de Comte foi influente no século XIX, tendo reflexos, inclusive, nos ideais da Proclamação da República Brasileira (1889).

A sociologia de Émile Durkheim

O francês Émile Durkheim foi influenciado pelas ideias deixadas por Auguste Comte, percebendo a necessidade de emancipação da sociologia como ciência. Durkheim contribuiu sumariamente para o florescimento da sociologia, construiu o seu método e apontou o seu propósito fundante: a identificação e o estudo daquilo que chamou de *fato social* (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003). Para Durkheim (1970, p. 32): “os fatos sociais são, em um certo sentido, independentes dos indivíduos e exteriores em relação às consciências individuais”. O autor, portanto, compreende a sociedade como um fenômeno total, que dita o modo de agir e pensar dos seus associados.

Para Durkheim, os fatos sociais seguem, naturalmente, três regras: *generalidade* (atinge todos os indivíduos, ou ao menos um grupo); *exterioridade* (os fenômenos vêm “de fora para dentro”, parte da sociedade para o indivíduo); e *coerção* (é imposto, têm força e poder sobre o pensamento e a ação dos indivíduos). Ao falar da generalidade do fato social, Durkheim aponta o alcance, a abrangência e a influência da sociedade. Ao pontuar a exterioridade, o autor acredita que a sociedade é anterior e sobressalente ao indivíduo. Por fim, ao identificar a coercitividade, Durkheim demonstra a força que a sociedade exerce sobre os indivíduos, mediante a todas as normas e exigências (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Observando as profundas mudanças sociais do final do século XIX, Émile Durkheim deu atenção especial para o fenômeno do trabalho, mais precisamente para a divisão e especialização do trabalho frente ao avanço industrial. Machado; Amorim; Barros (2016)

apontam que Durkheim identifica que a divisão do trabalho é um fato universal a todas as sociedades, desde as “primitivas” até as mais complexas. Contudo, as sociedades simples contavam com uma divisão do trabalho simplificada e com uma propriedade comunal, fato que ocasionava maior semelhança entre os indivíduos. Nas sociedades modernas, essencialmente a partir da industrialização, há uma divisão do trabalho arraigada e uma profunda separação de funções, além disso, a propriedade é privada, fazendo com que haja uma intensa desigualdade entre os indivíduos.

Nas sociedades simples, apesar da divisão do trabalho, não há tarefas e nem indivíduos “mais importantes que outros”, de modo que não há relações de *poder*: todos, ao final do dia, se sentam e realizam sua refeição igualmente. Já nas sociedades modernas, devido ao seu grande contingente populacional e às múltiplas necessidades, que estão para além das básicas à sobrevivência, há uma gama de profissões, funções e especializações. Mas, o grande diferencial das sociedades capitalistas é que os trabalhos são hierarquizados, cada função tem o seu valor, o seu reconhecimento e a sua remuneração, de tal modo que, ao final do dia, cada trabalhador volta para sua casa com a parcela estimada pela sua produção.

Nesse sentido, na perspectiva durkheimiana, a mudança social está associada ao tipo de *solidariedade*, ou seja, a forma de organização dos indivíduos, a sua cooperação. Na visão do autor, a solidariedade percebida nas sociedades simples é do tipo *mecânica*, e a percebida nas sociedades modernas é a *orgânica*. A solidariedade social é a coesão do grupo, quando há a formação de um organismo coeso e ordenado. Por esse fator, Durkheim é considerado *funcionalista*, ou seja, acredita que cada instituição cumpre uma função na sociedade. O contrário da coesão social é a *anomia*. A anomia é a ausência de ordem, a falta de solidariedade, quando a sociedade entra em crise, é identificada uma *patologia social*, um mau funcionamento do organismo. Assim, a anomia pode ser identificada na criminalidade, na violência, no pauperismo, enfim, no desordenamento e no descontentamento popular (VEDOVATE *et. al*, 2016).

A sociologia de Max Weber

O alemão Max Weber (1864-1920) produziu suas obras de destaque no início do século XX, contribuindo sumariamente para a sistematização da sociologia. Para Weber, o papel da sociologia é a investigação e o estudo das *ações sociais* que, segundo ele, são todas as condutas humanas em que o sujeito expressa sua subjetividade. Ao contrário de Durkheim, Weber não percebe a sociedade como algo dominante e superior aos indivíduos. Apesar de não negar a importância e o domínio das instituições, o autor percebe os indivíduos como unidades autônomas. Weber acreditava que os indivíduos agem conforme a ação de outros, assim, a sociedade seria produto da manifestação da ação de indivíduos relacionados (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Weber cativou profundo interesse pelo estudo da influência da religião sobre a sociedade. Em sua famosa obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), o autor defende o poder das ideias protestantes, em especial a partir da Reforma do século XVI, no desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse sentido, de acordo com Quintaneiro; Oliveira; Oliveira (2003), Weber compreende que a modernização das sociedades, vista na expansão do capitalismo, abriu espaço para o domínio do pensamento racional, tanto na política, na economia e em outros setores sociais, em detrimento das formas tradicionais de pensamento, que eram dominantes no feudalismo, por exemplo. O exercício da racionalidade, essencialmente na figura do Estado, culmina naquilo que Weber chamou de *burocracia*, que se guia pela impessoalidade e inflexibilidade. Apesar disso, Weber temia que a expansão da racionalização levasse à decadência dos preceitos liberais, tal como das liberdades individuais.

Na visão de Max Weber, o pesquisador deveria pesquisar aquilo que prende a sua atenção, contudo, deve haver um distanciamento do tema logo após essa escolha, visando assim um estudo objetivo. Para atingir essa objetividade, o autor trabalha com o conceito de *tipo ideal*, sendo compreendido como uma forma de aproximação da realidade. Na visão de Machado; Amorim; Barros (2016), Weber identificou a existência de quatro tipos ideais de ação social, compreendendo que as pessoas agem mediante certas influências. As ações sociais *irracionais* são marcadas pela falta de reflexão crítica, esse é o caso da ação tradicional e afetiva, por outro lado, as ações *racionais* são conscientes e criticamente planejadas, estando relacionadas à valores ou aos fins.

A *ação social afetiva*, se encontra fundamentada nas emoções, a título de exemplificação pode-se citar as doações de esmola para os mais necessitados, pois a caridade é algo profundamente emocional. A *ação social tradicional* é caracterizada quando o indivíduo orienta suas ações em conformidade com a tradição de um grupo, podendo ser religiosa, geracional ou familiar, muito associada à cultura. Já a *ação social racional* com relação a *valores*, são ações planejadas racionalmente e regidas por algum valor, podendo ser ético, religioso, moral e político, como é o caso de se levantar do assento para dar lugar aos mais velhos. Por último, a *ação racional* com relação a *fins* diz respeito às ações de cunho crítico em que se espera alcançar um objetivo, está muito ligada à reflexão e ao uso de estratégias. Um exemplo é se dedicar ao trabalho e à capacitação visando uma promoção. É necessário salientar que é perfeitamente possível haver ações que mesclam mais de um desses tipos (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Outro fator discutido por Max Weber são as relações de poder, os tipos de *dominação* ou autoridades, consagrando-o também na ciência política. Para Weber (2009), a dominação é identificada quando se percebe que há obediência frente a ordenamentos, ou seja, a existência de *relações de poder*, quer sejam racionais ou inconscientes. Na visão do autor, existem três tipos de dominação legítima: a primeira é a *racionalllegal*, na qual o poder parte de autoridades administrativas e burocráticas, tal como o Estado. Podendo ter duas perspectivas, com relação a fins e a valores. A segunda é a dominação *tradicional*, que se baseia nas tradições, nas crenças e nos valores adquiridos em comunidade, os valores culturais. Por fim, tem-se a dominação *carismática*, que está baseada na veneração de personalidades, como líderes, sábios, messias e heróis, estando muito associado à religiosidade e à política.

A sociologia de Karl Marx

O alemão Karl Marx (1818-83) contribuiu sumariamente para o estudo da sociedade capitalista e, conseqüentemente, para a sistematização da sociologia. O enfoque de sua teoria gira em torno das relações de conflito entre as classes sociais, vista essencial na exploração do trabalhador. Marx realizou uma análise profunda daquilo que denominou como *luta de classes*, vista na história da sociedade europeia.

Marx identifica que a história da humanidade é marcada pelo conflito entre *classes dominantes* e *classes oprimidas*, que vivem em constante luta. Essa luta, por sua vez, sempre culmina em uma transformação estrutural da sociedade, levando ao surgimento de outro modo de produção, por isso, o autor afirma: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2017, p. 22). Marx identifica a existência de alguns modos de produção que foram se sobrepondo na história da sociedade europeia através do fenômeno da dialética: tribal, antigo, escravista, feudal e capitalista.

A luta identificada por Marx no capitalismo é percebida na exploração burguesa da classe trabalhadora. Os trabalhadores, apesar de produzirem toda a riqueza, permanecem apenas com uma parte ínfima da produção, enquanto que o patrão tem posse sobre o maior percentual, aquilo que chama de *lucro*. Assim, está expressa a exploração da mão de obra, isso porque o trabalhador não recebe uma parcela representativa da sua produção. De um lado, os trabalhadores lutam por direitos e melhores condições de trabalho, por outro, o patrão luta para aumentar seus lucros (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003). Na visão marxista, as classes dominantes têm tanto o poder material, pois detêm os meios de produção, quanto poder sobre o pensamento da época, pois a sua *ideologia* é a dominante.

Como foi visto, os clássicos contribuíram cada um de uma maneira para a formação da sociologia, principalmente através dos seus métodos de pesquisa. Apesar disso, Karl Marx, Max Weber e Durkheim discordavam entre si em diversos fatores. Marx e Durkheim compartilhavam de uma visão *coletivista*, ao perceber a sociedade como uma estrutura dominante sobre o pensamento dos indivíduos, nesse aspecto, Weber se contrapunha aos dois ao compreender que a ação social parte, na realidade, dos indivíduos. Durkheim, em sua visão funcionalista, compreendia a sociedade como um todo harmônico e percebia a disfuncionalidade como uma falha desse sistema, Marx e Weber, por outro lado, acreditavam que a sociedade se encontrava permeada por estruturas de poder que tinham reflexos, por exemplo, na desigualdade e no privilégios que certos grupos gozavam. Apesar das diferenças, os autores compartilharam em suas obras de certas categorias de análise.

O trabalho na sociologia

O trabalho sempre ocupou centralidade nos estudos sociológicos, perpassou pelo pensamento dos clássicos e permanece em voga na atualidade. Émile Durkheim percebe que a *divisão social do trabalho* se expressa de maneira mais arraigada no sistema capitalista, isso faz com que os indivíduos sejam mais dependentes uns dos outros. Dessa forma, as sociedades modernas são marcadas por um grau maior de dependência do que quando comparadas com as sociedades ditas “primitivas”. Para o autor, a divisão de funções dentro da sociedade leva a uma maior *coesão*, pois faz com que os indivíduos tenham que se relacionar e estabelecer boas relações uns com os outros. Contudo, Durkheim percebe que o alto grau de divisão do trabalho pode levar a conflitos entre suas partes, principalmente entre os *trabalhadores* e os *patrões*. Esses conflitos são vistos por Durkheim como um “mal funcionamento”, já que a sociedade, para ele, é entendida como um todo harmônico. Durkheim prezava pela integração do indivíduo em detrimento da anomia (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Na perspectiva de Marx Weber, a chave para o desenvolvimento do capitalismo foi a renovação do *pensamento*. Weber defende que a Reforma Protestante, iniciada em 1517, foi a grande responsável pela renovação da ideologia, pois contrapôs ferrenhamente os dogmas católicos que, por sua vez, eram contundentes na condenação dos lucros, impedindo assim o crescimento da camada burguesa, que sobrevivia do comércio. A reforma propôs, dessa maneira, uma nova ética, a *ética protestante*. Os dogmas protestantes acreditavam no esforço e no trabalho como uma expressão da salvação divina, pois, se os negócios florescem é sinal que se está no caminho correto para a salvação da alma. Na visão weberiana, o pensamento protestante foi o tônico que o capitalismo precisava (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Já Karl Marx, mediante a sua análise material, histórica e dialética, identifica que há diferentes organizações do trabalho, a depender de cada modelo de sociedade. Nas sociedades modernas, a forma de trabalho predominante é o assalariado (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016). Marx contraria os dois últimos autores por acreditar que não pode haver harmonia na sociedade enquanto houver luta entre trabalhadores e exploradores.

Na perspectiva marxista, o trabalhador assalariado não vende o seu trabalho, vende a sua *força de trabalho*. Um agricultor, por exemplo, ao vender a sua produção para um supermercado, está vendendo o seu trabalho (aquilo que ele deu origem, que ele mesmo produziu), o atendente de caixa, pelo contrário, como não tem nada para vender no mercado, vende a si mesmo, a sua *mão de obra*, sua força de trabalho. Além do mais, a compra e venda do trabalho é regulada pelo mercado, tal como a semelhança de outros produtos. O burguês vai ao mercado comprar mão de obra e o trabalhador vender a sua força de trabalho.

Classes sociais

Para Machado; Amorim; Barros (2016), as classes sociais são grupos que compartilham de um mesmo lugar na produção das necessidades sociais, assim, os estratos sociais podem ser definidos pela renda, pelas propriedades, pelo padrão de consumo, como também pela cultura e a forma de enxergar o mundo. Nesse sentido, todos os três clássicos discorreram sobre a estratificação social em seus estudos.

Na visão Durkheimiana, há dois tipos de socialização, ou como ele chama, *solidariedade*. As sociedades de solidariedade mecânica são “simples”, naturalmente, possuem uma densidade populacional menor, divisão do trabalho simplificada e crenças rígidas, havendo uma dura repressão da *autoridade moral coletiva*. Já as sociedades de *solidariedade orgânica* são densamente povoadas, caracterizadas pela forte divisão e especialização do trabalho, o que reflete em uma maior dependência entre os indivíduos, por outro lado, a noção de coletividade é enfraquecida, dando espaço à *interdependência funcional*, marcada pelo utilitarismo e pela individualidade (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

De acordo com Quintaneiro; Oliveira; Oliveira (2003), a existência de classes sociais, para Durkheim, está relacionada com a divisão do trabalho, vista na atribuição de papéis na produção. Contudo, essa divisão deve ser funcional, ou seja, agradar todas as partes, já que o mal funcionamento e os atritos podem levar a aquilo que o autor chama de *anomia*.

Na perspectiva weberiana, a *estratificação social*, pode ser expressa em três fatores: econômico, *status* e político. Todos, claramente baseados em relações de *poder*. A estratificação econômica está relacionada à riqueza, ao padrão de vida dos indivíduos, principalmente através de seus salários e propriedades. O segundo está relacionado ao prestígio social, ao destaque de um indivíduo na sociedade, como é o caso de títulos, descendência, emprego, enfim, fatores não necessariamente econômicos, basta pensar a diferença de prestígio social entre a doméstica e o médico. O terceiro se baseia nas organizações políticas, ao exemplo de partidos, instituições e associações que incorporam interesses comuns (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Já na ótica marxista, a sociedade está dividida em duas classes principais, a dos que detêm os meios de produção e a daqueles que estão alheios a esses meios. Sendo assim, o cerne das desigualdades é a propriedade privada. Os capitalistas possuem os meios de produção, ou seja, têm a posse privativa da terra, do maquinário e da tecnologia necessária para a produção dos bens que satisfazem as necessidades humanas. Por outro lado, há um grande contingente popular que se encontra alheio aos meios de produção, assim, não conseguem gerar riqueza por conta das suas posses, dessa maneira, são obrigados a vender a única coisa capaz de garantir a sua sobrevivência: a sua força de trabalho.

Nas relações de produção, os trabalhadores produzem toda a riqueza através da sua força de trabalho, apesar disso, nas relações de mercado, eles ficam com uma parte ínfima da produção, os seus salários, enquanto que, por outro lado, o patrão fica com o *excedente*, o que chama de *lucro*. Essa relação Marx chamou de apropriação da *mais-valia*, o excedente de trabalho não pago ao trabalhador (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003).

Além disso, Marx identifica que a vida em sociedade é regida por duas estruturas: a *infraestrutura* e a *superestrutura*. A infraestrutura da sociedade representa a base econômica, ou seja, o quanto o indivíduo detém, o seu salário, suas posses e, principalmente, se é ou não dono dos meios de produção. Essa infraestrutura, por sua vez, sustenta a superestrutura, que representa todos os outros aspectos intangíveis da vida social, como a cultura, o conhecimento, a religião e a moral, campos nomeados por Marx como *ideológicos* (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003). Nessa perspectiva, a superestrutura é

totalmente dependente da infraestrutura, pois a qualidade de vida do indivíduo, todos bens que ele acessa, tal como o seu pensamento, dependem fortemente do lugar que ele ocupa na produção e do quanto de capital que ele detém. Em síntese, a desigualdade está expressa quando se nota que, por conta de uma base econômica, as pessoas têm maior ou menor acesso aos bens de consumo e à reflexão crítica. Havendo assim, diferenças significativas entre os indivíduos pertencentes aos diferentes estratos da sociedade.

Apesar disso, Vedovate *et al.* (2016) defendem que a definição marxista de classe social não leva em conta fatores puramente econômicos, para Marx, uma classe social é formada por pessoas que partilham das mesmas condições materiais de existência, mas que partilham também de interesses semelhantes.

Sendo assim, para Marx, a única possibilidade para o fim da opressão do proletariado, e para o término definitivo da luta de classes, seria a tomada de consciência pela classe trabalhadora e sua mobilização em prol de uma Revolução, que teria como finalidade a abolição da propriedade privada, a socialização dos meios de produção e a derrubada do Estado, em conjunto com os privilégios burgueses. Nessa nova sociedade, todos os indivíduos trabalham e a produção seria dividida comunitariamente, dessa forma, não haveria desigualdade e nem pauperismo, pois todos fariam parte de uma única classe. Esse é o modo de produção baseado no *comunismo científico*, idealizado por Marx.

Classe média

No seu tempo, Marx compreendia a classe média como uma pequena burguesia que, ao mesmo tempo, não era dona dos meios de produção e nem proletariado, pois não dava origem a nenhum trabalho “produtivo”. Assim, a classe média ganha esse nome porque se situava “no meio” das duas classes. Um exemplo são os pequenos proprietários, os comerciantes, os servidores públicos e os profissionais liberais. A classe média, antes relativamente pequena, em especial no século XIX, se expandiram na atualidade, essencialmente nos países “desenvolvidos”. Alguns autores se dedicaram a essa análise, como o norte-americano Charles Wright Mills (1916-62) e o grego Nicos Poulantzas (1936-79) (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Mills identifica a expansão de uma nova classe, os *white collars*, que seriam trabalhadores que exerciam cargos administrativos e gerenciais, típicos representantes da classe média. Contudo, Mills aponta que, o que diferencia essa classe dos trabalhadores, não é somente o seu salário, mas o seu *status*, o prestígio social, muito disso se deve a sua especialização (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Poulantzas, segue a mesma perspectiva de Mills, acredita que a classe média é composta dos *trabalhadores não produtivos*, representantes de uma pequena burguesia. Estes desempenham, no processo de produção, funções como de gerentes, diretores e supervisores, classes que, apesar de receberem um salário maior, ainda não são donas dos meios de produção. Além disso, Poulantzas aponta a heterogeneidade da classe burguesa, sendo dividida em burguesia comercial, financeira e industrial (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Apesar da percepção do surgimento de novos extratos na sociedade, pode-se dizer que continua havendo duas classes principais típicas do sistema capitalista: os donos dos meios de produção e a massa de trabalhadores que se encontra alheia a eles. Nessa perspectiva, a classe média, apesar de se encontrar em um patamar superior a classe trabalhadora, em termos econômicos, de status e de poder, continua não sendo proprietária dos meios de produção, pois recebem uma *parcela* da produção, e não todo o lucro.

Na visão do francês Pierre Bourdieu (1930-2002), para determinar a posição de um indivíduo na sociedade, tal como das relações de poder, não bastaria levar em conta somente a posse material, ou seja, o capital econômico, mas diversos outros tipos de capital: o capital cultural (conhecimentos adquiridos socialmente), o capital social (relações sociais e associações) e o capital simbólico (prestígio social) (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Modelos de produção

Os modelos de produção são estratégias administrativas que visam a melhor organização da produção industrial com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho, diminuir o tempo de produção e, conseqüentemente, expandir os lucros. Exemplos desses

modelos de produção são o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo. Os sistemas do taylor-fordismo, como aponta Machado, Amorim e Barros (2016), foram criados pelos norte-americanos Frederick Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1863-1947), emergiram no final do século XIX e início do XX e foram dominantes até a década de 1960. Entre suas características estão: a produção em massa; em série; os bens duráveis; o incentivo ao consumo de massa; e o trabalho repetitivo, de alta exigência e disciplina. Esse modelo de produção se deu em um contexto de expansão industrial associado ao crescimento de associações e organizações de trabalhadores e, principalmente, das políticas de Bem-Estar Social e da construção do *Welfare State*.

A partir da década de 1960, o Toyotismo começou a ser introduzido no Japão por Taiichi Ohno (1912-90). Dentre as suas características estão: produção por demanda (oferta e procura, evitando o estoque); flexibilidade (produção variada); automação (independência das máquinas sobre o trabalhador); *just-in-time* (utilização da matéria prima por demanda, evitando o acúmulo); controle de qualidade; corte de custos; e o trabalhador polivalente (várias funções). Esse modelo de produção visou solucionar as crises produtivas provocadas pela produção em massa, a busca do lucro produzindo controladamente e com o menor gasto possível (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

O contexto do Toyotismo é marcado pela política neoliberal, inaugurada principalmente na década de 1970, pelo governo de Margareth Thatcher, na Inglaterra dos anos 70, e com Ronald Reagan, em 1980, nos EUA. O neoliberalismo tem como ponto chave um profundo distanciamento do Estado tanto das políticas econômicas quanto das políticas de bem-estar social, sendo marcado pelas privatizações, terceirizações, flexibilização das leis trabalhistas, redução dos impostos, tal como pelo aumento das disparidades sociais, desmonte de políticas públicas, perda de direitos trabalhistas e aumento da informalidade. A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-45), da década de 1950 a 70, houve uma notável reestruturação produtiva no mundo, essencialmente na Europa, EUA e Japão, caracterizada pelo amplo uso da tecnologia e pelo avanço do modelo neoliberal. Tal modelo chegou ao Brasil na década de 1990, no governo Collor, e perdurou nos dois mandatos de FHC, até 2002 (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016)

Como salienta Hunt e Lautzenheiser (2013), a partir do século XIX o capitalismo começou a se reinventar, tomando o caminho para uma nova fase, a Financeira. O capitalismo financeiro iniciou com o surgimento dos bancos, neles, é exercitado aquilo que Marx chamou de *capital fictício*, uma forma de geração de capital sem mais-valia, isso se dá, por exemplo, através dos empréstimos com juros. Contudo, é preciso salientar que o capital financeiro só existe por conta do capital produtivo.

Escola de Frankfurt e a indústria cultural

A Escola de Frankfurt nasce do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, composta por intelectuais alemães que procuraram pesquisar a *cultura de massa*, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), aquilo que ficou conhecido como *indústria cultural*, tomando forma no cinema, nas artes, na rádio, na televisão, na música, enfim, formas de entretenimento que estimulam o consumo e a massificação da cultura. Dentre os principais teóricos estavam: Walter Benjamin (1892-1940), Max Horkheimer (1895-1973), Herbert Marcuse (1898-1979), Erich Fromm (1900-80), Theodor Adorno (1903-1969) e Jürgen Habermas (1929-). Esses autores se guiavam por duas vertentes principais de pensamento, o marxismo e a psicanálise (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

A indústria cultural pode ser entendida como a comercialização da cultura, tal qual a semelhança de um produto material, isso porque, em uma sociedade de mercado, tudo se transforma em mercadoria. Toda vez que uma fórmula se populariza, a indústria a promove/reproduz sucessivamente, formando uma cultura massificada. Ao ser reproduzida como produto mercadológico, a arte pode perder o seu sentido e a sua essência original, a emoção, a criticidade, enfim, perde a sua função social e cultural, passando a ter uma função estritamente mercantil: a geração do lucro. Nessa perspectiva, a cultura também é produzida em série.

Os reflexos da mercantilização da cultura, além da perda do seu valor humano, é o alto custo, levando a questão: quem pode consumir e desfrutar da produção cultural? O cinema se torna distante da realidade de muitos, o teatro algo extremamente elitista, os livros caros e o acesso à músicas, filmes e canais de TV, dependente da assinatura prévia de serviços de *streaming*.

Sociologia brasileira

Fernandes (1976) afirma que a chegada da sociologia ao Brasil foi simultânea à sua criação na Europa, pois os escritos sociológicos brasileiros se encontravam paralelos à divulgação das obras de Comte. O autor afirma que o nascimento da sociologia no Brasil se dá por volta do terceiro quartel do século XIX, inicialmente, de caráter positivista. Diante disso, propõe que a sociologia brasileira pode ser dividida em três fases, ou “épocas de reflexão”. A primeira é marcada por uma fase pré-científica, iniciada por volta de 1860, que tinha como objetivo esclarecer certas relações sociais, estando muito associada ao direito, à literatura e à administração estatal. A segunda época é identificada no início do séc. XX, marcada pelo pensamento racional, envolvendo análises que mesclavam a sociologia ao campo histórico e geográfico, por exemplo. Já a terceira fase corresponde à década de 1930 em diante, caracterizada pela sistematização dos trabalhos científicos e pela produção de trabalhos de reconstrução histórica e da identidade nacional.

Já na percepção de Machado, Amorim e Barros (2016), a história da sociologia no Brasil pode ser dividida em três fases principais: a primeira compreende do final do século XIX até o início do XX, período em que os estudiosos procuraram desvendar a formação social do Brasil, a sua composição, características, cultura e a identidade do povo brasileiro. A segunda fase, compreende da década de 1950 a 60, a preocupação estava voltada principalmente para os fatores econômicos e políticos, tal como a relação de dependência vivenciada pelo país. Na terceira fase, mais atual, essencialmente a partir da década 1980, a sociologia brasileira se mostra atenta especialmente às desigualdades sociais em suas múltiplas faces: econômica, racial, de gênero, etc.

A sociologia surge a partir de dois eventos importantes ocorridos no Brasil, que, segundo Fernandes (1976), marcam a ampliação do pensamento racional: a Proclamação da República (1889) e a Abolição da Escravatura (1888). Nesse período, as produções procuravam responder quem era o povo brasileiro, realizando, para isso, uma investigação da mestiçagem, principalmente no período colonial. Contudo, esses estudos se encontravam dominados pelo darwinismo social e pelas ideias eugenistas. O fator decisivo para o

nascimento de uma sociologia crítica e científica se deu através do avanço da urbanização, da industrialização e da criação das universidades.

Nesse sentido, em 1933, houve um divisor de águas na sociologia brasileira, data da publicação da obra *Casa grande e senzala*, do pernambucano Gilberto Freyre (1900-87). Com esse livro, Freyre deixa as ideias raciais de lado para falar sobre *cultura*. O autor é o primeiro a realizar uma leitura positiva sobre a miscigenação encontrada no Brasil. A partir disso, surge uma série de autores consagrados observando o Brasil, como os paulistas Caio Prado Júnior (1907-90), que escreveu *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), e Sérgio Buarque de Holanda (1902-82), com *Raízes do Brasil* (1936). Esses autores ficaram conhecidos como a geração de 30 e foram os seus estudos que deram o tônus científico da sociologia brasileira (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016).

Outro marco apontado por Machado; Amorim; Barros (2016) para a sociologia brasileira é a contribuição do paulista Florestan Fernandes (1920-95). Em seu livro principal, Fernandes escreve sobre a marginalização dos negros na sociedade brasileira, pontuando os reflexos da escravidão no arranjo das classes. Nesse período também se situam vários autores influentes que também estudaram questões como raça, classe e a relação de subdesenvolvimento e de economia dependente do Brasil, como Celso Furtado (1920-2004) e Caio Prado Júnior.

Considerações finais

Mediante ao exposto, percebe-se que a sociologia surgiu como uma forma de se compreender as mudanças e os conflitos da sociedade moderna e industrial. Dessa perspectiva, nasce o pensamento dos seus pais fundadores, que propõem métodos de sustentação para suas reflexões: o materialismo histórico dialético, de Marx, o compreensivismo, de Weber, e o funcionalismo, de Durkheim. Tal como categorias de análise, dentre elas: fato social, luta de classes, dominação, solidariedade, burocracia, etc.

Nesse sentido, é possível perceber concordâncias e discordâncias na forma com que os três clássicos perceberam a sociedade moderna: a ação dos indivíduos em seu interior, as relações de poder, as classes sociais, a política e a economia. Além disso, o pensamento dos teóricos

clássicos se constitui como o cerne das reflexões de teóricos mais contemporâneos, que seguiram o legado e os escritos deixados por esses primeiros, buscando interpretar e desenvolver novas análises e reflexões, a fim de explicar as mudanças sofridas pela sociedade ao longo dos anos.

No Brasil, a sociologia chegou através de pensadores do mundo central, mas se reinventou, especialmente a partir da década de 1930, para explicar os fenômenos e a singularidade do país, tomando a forma de uma sociologia verdadeiramente brasileira.

Através desse percurso, foi possível perceber, sinteticamente, o nascimento e desenvolvimento da sociologia como uma ciência moderna, o seu campo de análise e alguns dos seus principais pensadores. Ademais, é necessário salientar que a ciência se encontra em movimento, procurando dar conta das inquietações e suprir as necessidades que vão surgindo nesse percurso.

Referências

DURKHEIM, E. Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro-São Paulo: Companhia Editora Forense, 1970.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, F. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <<https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>>. Acesso em: 21 de abr. 2023.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HOBSBAWM, E. A Era das Revoluções, 1789-1848. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. Sociologia Hoje: ensino médio. 2 ed. São Paulo: Ática, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2017.

QUINTANEIRO, T.; OLIVEIRA, M.; OLIVEIRA, M. Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

VEDOVATE, F. C. (Org.) *et al.* Sociologia em Movimento. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2016.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4 ed. Brasília: Editora UNB, 2009.